

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER**

MARCOS PAGNUSSATT

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR:
O PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMARGO/RS**

Camargo, RS.

Agosto de 2011

MARCOS PAGNUSSATT

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR:
O PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMARGO/RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Co-orientadora: Chaiane Leal Agne

Camargo, RS.

Agosto de 2011

MARCOS PAGNUSSATT

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR:
O PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMARGO/RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado com conceito (____)

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

Msc. Ieda Cristina Alves Ramos
UFRGS

Camargo (RS), 10 de Agosto de 2011.

Dedico a minha família que me apoiou durante o decorrer do curso e aos professores, tutores e colegas que fizeram parte deste importante momento de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao poder público e a todos aqueles que se empenharam para tornar o pólo uma realidade para o município de Camargo, dando oportunidade a muitos de toda a região, não apenas de melhorar seu conhecimento, mas também de realizar muitos sonhos.

Aos professores, tutores e orientadores da UFRGS pelo acompanhamento durante todo o curso de graduação. Ao professor Orientador Marcelo e a Co-orientadora Chaiane Leal Agne pela dedicação, orientando-me na elaboração deste trabalho sempre de forma prestativa. A tutora Margarete e a coordenadora do pólo Mariluz que não mediram esforços no auxílio aos alunos para que todos concluíssem este curso com êxito.

Aos colegas pela amizade e por compartilhar as alegrias, dúvidas e preocupações que fizeram parte do dia a dia durante o andar do curso.

A minha família pelo apoio e pela compreensão nos momentos em que estive ausente para estudar, fazer os trabalhos e participar das aulas presenciais.

A Deus por me dar forças para superar os momentos difíceis.

RESUMO

Este trabalho procura fazer um panorama do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), política pública criada em 1995 e oficializada em 1996 pelo Governo Federal. Este trabalho procurou identificar as principais características do seu funcionamento, sendo que o principal objetivo deste trabalho foi identificar como está sendo o acesso dos agricultores familiares e quais as principais potencialidades e dificuldades apresentadas pelo programa no município de Camargo/RS. Esta pesquisa foi feita principalmente a partir da percepção das instituições envolvidas com o programa no município. Para obter as informações necessárias e atingir o objetivo deste estudo foi utilizada neste trabalho uma pesquisa qualitativa usando os recursos disponíveis da internet para acessar dados de instituições, artigos e publicações de autores que fizeram estudos sobre o tema. Também foram buscadas informações em livros, acesso a dados de arquivos e foram feitas entrevistas através de um questionário aberto com os responsáveis de instituições que trabalham com o programa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER de Camargo. Com as informações obtidas através deste estudo constatou-se que o PRONAF é acessado pela maioria dos agricultores familiares, sendo que os recursos são aplicados nas principais cadeias produtivas que se destacam e que mais geram renda para o município. Apesar de este estudo possuir limitações, percebeu-se que este programa contribui para viabilizar o acesso dos agricultores familiares aos recursos públicos com baixa taxa de juros e com prazos significativos para pagamento. Estas características do programa contribuem para que este segmento da agricultura tenha melhores condições de competir neste setor que evolui e que necessita de investimentos para acompanhar a modernização da agricultura.

Palavras chaves: Agricultura familiar. Políticas públicas. PRONAF. PRONAF no município de Camargo-RS.

ABSTRACT

This paper seeks to make an overview of the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF), public politic established in 1995 and formalized in 1996 by the Federal Government. This study sought to identify the main features of its operation, and the main objective of this study was to identify as being the access of farmers and the main strengths and difficulties presented by the program in the municipality of Camargo / RS. This research was conducted primarily from the perception of the institutions involved with the program in the city. To obtain the necessary information and achieve the objective of this study was used in this study a qualitative research using the resources of the Internet to access data from institutions, articles and publications from authors who have done studies on the subject. Were also sought information in books, access to data files and interviews were made through an open questionnaire to the heads of institutions that work with the program, the Rural Workers Union and EMATER de Camargo. With the information obtained through this study it was found that PRONAF is accessed by most farmers, and the resources are applied in the main production chains that stand out and generate more income for the city. Although this study has limitations, it was noted that this program helps to facilitate farmers' access to public resources with low interest rates and significant deadlines for payment. These features contribute to the program that segment agriculture are better able to compete in this evolving industry and requires investment to accompany the modernization of agriculture.

Keywords: Family agriculture. Public politics. PRONAF. PRONAF in the city of Camargo-RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução dos recursos destinados ao PRONAF, montante disponibilizado e realizado.	22
Figura 1 - Localização de Camargo no Estado do RS.	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil - Estabelecimentos, área e valor bruto da produção e percentual do financiamento total (ft).....	18
Tabela 2 - PRONAF linhas de crédito disponíveis.....	32
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000	38
Tabela 4 - PIB do município em 2009.	39
Tabela 5 - Dados das Principais Atividades de Produção Agrícola Municipal 2009.	40
Tabela 6 - Dados das Principais Atividades de Produção Pecuária Municipal de 2009.....	40
Tabela 7 - Evolução da população rural e urbana de 2000 a 2010 em Camargo.	42
Tabela 8 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas município de Camargo ano 2010.	44
Tabela 9 - Projetos do PRONAF elaborados pela EMATER de Camargo.	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CMDA	Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNCR	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SFCI	Secretaria Federal de Controle Interno
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camargo
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UTE	Unidade Técnica Estadual

UTR	Unidade Técnica Regional
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 METODOLOGIA	14
3 AGRICULTURA FAMILIAR: NOÇÕES	15
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	21
5 HISTÓRICO E DISCUSSÕES SOBRE O PRONAF	26
6 AGRICULTORES FAMILIARES E PRONAF: DESTINO DOS CRÉDITOS, BENEFICIÁRIOS, LINHAS DE CRÉDITO.....	28
6.1 DESTINOS DOS CRÉDITOS DO PRONAF	28
6.2 PRONAF BENEFICIÁRIOS.....	29
6.3 PRONAF LINHAS DE CRÉDITO.....	32
7 O MUNICÍPIO DE CAMARGO: LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS	34
7.1 LOCALIZAÇÃO	34
7.2 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS	36
7.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS.....	37
7.4 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS	39
8 PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMARGO	43
8.1 DADOS GERAIS SOBRE O PRONAF NO MUNICÍPIO	43
8.2 O PAPEL DO STTR	45
8.3 O PAPEL DA EMATER.....	48
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM OS DIRIGENTES DAS ENTIDADES SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS E EMATER DE CAMARGO.....	60

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura fazer um breve histórico sobre o PRONAF identificando as principais características do mesmo, as principais linhas do programa e o público alvo, tendo como objetivo principal descrever como está sendo o acesso dos agricultores familiares a este programa federal no município de Camargo, localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado em 1996, até o início da década de 1990 não existiam políticas públicas nacionais relevantes voltadas para a agricultura familiar, sendo esta atividade, inclusive, “uma definição conceitual bastante imprecisa, uma vez que a mesma era tratada de distintas formas (pequena produção, produção familiar, produção de subsistência, etc.)” (MATTEI, 2001). Na década de noventa, o aperfeiçoamento do crédito rural no país, sofreu importante influência das reivindicações dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, que começaram a ter voz já na Constituição de 1988 e dos estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1996 (FAO; INCRA, 1996). Estas organizações tornaram o conceito de agricultura familiar mais preciso e estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveria nortear a formulação de políticas para esse segmento específico. Esse estudo serviu de base para as primeiras formulações do PRONAF (MATTEI, 2001).

Segundo os autores Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.01) o PRONAF proporcionou o reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria social que até então não tinha um termo específico que a denominasse.

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 01).

A cada ano os recursos destinados ao PRONAF aumentam e também as linhas de crédito, taxas de juros procuram deixar o programa mais acessível, por isso o PRONAF já faz parte da rotina de muitos agricultores familiares e isto é percebido nos diversos escritos sobre

o tema. Segundo Mattei (2005), o PRONAF em seus dez anos conseguiu um grau de enraizamento tão profundo que já faz parte do cálculo cotidiano das famílias, de extensionistas, agentes financeiros e movimentos sociais.

Alguns autores relatam que o PRONAF é um programa altamente subsidiado pelo Governo Federal e que tem um alto custo para o tesouro nacional. Guanziroli (2006) escreve que em média 44,5% do valor liberado através do PRONAF são destinados para a equalização dos juros, e rebates de adimplência. Ainda segundo Guanziroli (2006) devido ao fato do PRONAF ser um programa caro e altamente subsidiado, deve ser muito bem avaliado e ter indicadores de resultados que comprovem sua necessidade. Existem ainda na literatura autores que questionam o programa, como por exemplo, Schneider, Cazella e Mattei (2004) que questionam a concentração de recursos do PRONAF na região sul e também a concentração de recursos nas cadeias industriais mais competitivas no mercado internacional, como fumo, milho e soja.

Segundo Guanziroli (2006) o principal objetivo do PRONAF é diminuir a pobreza dos agricultores familiares no Brasil. Dessa forma o Governo busca através do PRONAF conceder financiamentos com juros abaixo do mercado, para que as famílias possam produzir e tornarem-se independentes financeiramente. Estes financiamentos devem ser aplicados de forma a fortalecer as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares e assim integrá-los à cadeia do agronegócio, proporcionando-lhes aumento de renda e agregando valor ao produto e também à propriedade. O aumento da renda através deste programa pode ser proporcionado mediante a modernização do sistema produtivo, pela valorização e profissionalização dos produtores familiares (GUANZIROLI, 2006). Diante deste contexto temos um importante programa criado com o objetivo de beneficiar os agricultores familiares do país. O município de Camargo tem na agricultura sua principal atividade e principal fonte de renda, e predominam no município as pequenas propriedades rurais onde vivem e trabalham muitos agricultores familiares. Sendo o PRONAF, um programa voltado à agricultura familiar, este trabalho procura responder a seguinte questão: **Como está sendo o acesso dos agricultores familiares do município de Camargo a este importante programa?** Para responder esta questão este trabalho procurou identificar quais linhas do PRONAF são mais acessadas pelos agricultores, quais as principais atividades beneficiadas e que dificuldades e potencialidades esta política pública apresenta no município de Camargo. Todas estas questões foram desenvolvidas a partir da percepção das instituições envolvidas com o programa no município. Para se chegar ao objetivo geral deste trabalho foram seguidos alguns objetivos específicos conforme segue:

- a) Descrição do histórico do PRONAF; beneficiários; destinos do crédito, linhas de crédito e noções sobre agricultura familiar.
- b) Caracterização o município de Camargo, destacando os aspectos históricos, econômicos e sociais;
- c) Identificação da operacionalização do programa, quais as organizações que viabilizam o acesso dos agricultores do município ao PRONAF;
- d) Identificação das principais linhas do PRONAF que são acessadas no município e destinação dos recursos (atividades beneficiadas) de cada linha;
- e) Descrição das dificuldades, potencialidades e desafios na percepção das organizações envolvidas com o PRONAF no município.

Este trabalho está dividido em nove capítulos onde o capítulo 3 é dedicado a entender os principais conceitos existentes na literatura em relação à agricultura familiar no Brasil. Por sua vez o capítulo 4 procura identificar quais são as principais políticas públicas existentes e que estão voltadas para a agricultura familiar. No capítulo 5 deste trabalho temos a descrição do histórico do PRONAF. Esta descrição tem como objetivo entender os motivos que levaram o Governo Federal a criar este programa, identificar a época que o mesmo foi criado e que objetivos os criadores deste programa buscavam ao implantar este programa. Para entender o PRONAF na parte operacional temos neste trabalho o capítulo 6 onde está descrito a que se destina o crédito deste programa, quem são os beneficiários bem como as linhas de crédito que o mesmo abrange. Esses dados referentes à operacionalização do PRONAF têm como base o Manual de Crédito Rural número 10 elaborado pelo Banco Central que normativa este programa. Por fim, para atingir o objetivo deste trabalho foram feitos dois capítulos, o capítulo 7 com dados gerais do município de Camargo, onde temos a localização, histórico, dados socioeconômicos e o capítulo 8 onde temos todas as informações conseguidas sobre o funcionamento deste programa no município de Camargo e que serviram de base para chegar a conclusões importantes sobre como funciona este programa em Camargo.

2 METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos específicos e por fim o objetivo geral foi utilizado neste trabalho à seguinte metodologia: os dados e informações referentes aos conceitos de políticas públicas, agricultura familiar; histórico e operacionalização do PRONAF foram conseguidos através de pesquisa na literatura existente sobre o tema, em livros, artigos, publicações e sites relacionados com o tema. Quanto às informações relacionadas ao histórico e caracterização do município de Camargo foram coletadas informações nos sites da Prefeitura Municipal de Camargo, dados do IBGE referentes ao município e pesquisa em um livro escrito por autores camarguenses sobre a história do município. Para conseguir as informações sobre o PRONAF e assim identificar como é a utilização do programa no município, objetivo principal deste estudo, foi feita uma pesquisa qualitativa. Segundo Godoy (1995, p. 58), a pesquisa qualitativa:

Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Dessa forma foi aplicado um questionário aberto, seguindo um roteiro com treze questões conforme o Apêndice A, ao presidente do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camargo) e ao chefe do escritório da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) de Camargo procurando dar liberdade aos entrevistados em suas respostas. Os pontos que foram abordados no roteiro buscaram entender como é a agricultura no município, o papel destas entidades frente à agricultura familiar, como funciona o PRONAF no município sob o olhar destas entidades e quais os principais pontos positivos e principais dificuldades em relação ao PRONAF em Camargo. As informações obtidas através destas entrevistas, dados fornecidos pela EMATER e dados buscados no BACEN sobre o acesso dos agricultores aos financiamentos, serviram de base para chegar aos objetivos propostos neste estudo. As pesquisas e entrevistas realizadas para a realização deste trabalho foram realizadas de janeiro a agosto de 2011.

3 AGRICULTURA FAMILIAR: NOÇÕES

Num contexto geral segundo Schneider (2003), o termo “agricultura familiar” é recente no Brasil e passou a ter destaque a partir de meados da década de 1990. Segundo este autor este termo surgiu a partir da junção de segmentos de agricultores que eram denominados de assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias que eram identificados como pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais que não mais podiam ser “confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais”. Esta junção se deu a partir de lutas dos movimentos sociais ligados a agricultura que representavam estas categorias e procuravam resolver problemas que afetavam as mesmas, como “impactos em relação à abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação”. Esta representatividade do sindicalismo rural ligados a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), diante destes segmentos, deu guarita para a afirmação desta nova categoria. Ainda segundo este autor este novo termo denominado de agricultor familiar ganhou legitimidade a partir da criação do PRONAF pelo governo federal, política pública que foi direcionada exclusivamente para esta categoria (SCHNEIDER, 2003).

São variados os conceitos que temos sobre a agricultura familiar; Wanderley (1996) define como agricultura familiar aquela em que “a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Este autor argumenta ainda que “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996). Apesar de variados a maioria dos conceitos sobre agricultura familiar existente na literatura acaba convergindo para três principais termos, terra, trabalho e família. Abramovay (1997) comenta que a definição de agricultura familiar pode variar dependendo da finalidade que a mesma é atribuída, mas destaca a importância destes três atributos básicos para conceituar agricultura familiar:

Agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime, e muitas vezes tampouco operacional é compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição ao crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Algumas organizações utilizam definições ou normas próprias quando se referem ao agricultor familiar de forma a incluí-los em programas específicos, embora essas definições possuam semelhanças cada uma tem sua particularidade. A FAO/INCRA para definirem o público prioritário para seus programas de desenvolvimento rural definem o agricultor familiar como sendo aquele que:

Tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão de obra familiar deve ser superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (FAO/INCRA, 1996).

Já o MDA através da Secretaria da Agricultura Familiar para fins de enquadramento e acesso ao crédito do PRONAF com base na safra 2010/2011 define como agricultor familiar, os agricultores que:

- a) Trabalham na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).
- b) Residam na propriedade rural ou em local próximo.
- c) Disponham de área inferior a quatro módulos fiscais.
- d) tenham renda bruta familiar, nos últimos 12 meses, inferior a R\$ 110 mil.
- e) Tenham, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar (MDA/SAF 2010/2011).

A agricultura familiar não se resume apenas à produção de alimentos, alguns autores qualificam a agricultura familiar pela sua multifuncionalidade. A multifuncionalidade da agricultura para Laurent (apud MAGALHÃES, 2010) pode ser definido como o “conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade”. Tendo como base este conceito, Magalhães (2010) define multifuncionalidade como “um conjunto de funções ou serviços com os quais a agricultura contribui para a sociedade, além daquela função fundamental de fornecimento de fibras e alimentos”. Dessa forma podemos dizer que além da produção e da questão econômica, outros aspectos estão presentes na agricultura como a questão social, ambiental e cultural e todos estes aspectos se mostram de grande importância e contribuem na relação entre a agricultura familiar e a sociedade.

Além da multifuncionalidade outros autores destacam a presença da “pluriatividade na agricultura familiar”. A pluriatividade é a forma encontrada por muitos agricultores familiares para aumentar sua renda. Este aumento da renda pode ser através da diversificação das atividades na propriedade ou participação em atividades fora da propriedade. Baumel e Basso (apud PIRES; SPRICIGO, [s.d]) escrevem que além da agricultura as famílias de agricultores

podem se envolver em outras atividades como formas alternativas para garantir a reprodução das famílias e aumentar sua renda:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO apud PIRES; SPRICIGO, [s.d.]).

Para os autores Pires e Spricigo ([s.d.]), a pluriatividade e as atividades consideradas como não agrícolas, para a agricultura familiar, podem ser meios que geram o desenvolvimento das propriedades, pois podem gerar mecanismos que contribuem com a continuidade das mesmas. Ainda para os mesmos autores, a pluriatividade para as pequenas propriedades pode trazer alguns pontos negativos, como a baixa produção pelo uso da diversificação da propriedade e pela diminuição do “poder de barganha” no momento de vender a produção, mesmo assim ela é favorável, pois o pequeno agricultor não fica dependendo da renda de apenas uma atividade, assim com a diversificação, quando um produto estiver em crise, com pouca oportunidade de venda ou com preço baixo, outros produtos podem suprir a necessidade de renda daquela família (PIRES; SPRICIGO, [s.d.]).

Oliveira (apud TINOCO [s.d]) comenta que a produção familiar pelas suas características que a diferenciam da produção patronal, se evidencia por ser um espaço privilegiado onde predomina uma agricultura de base mais sustentável.

A lógica de funcionamento das explorações familiares, baseada na associação dos objetivos de produção, consumo e acumulação patrimonial, resulta num espaço de reprodução social cujas características de diversidade e integração de atividades produtivas vegetais e animais, ocupação de força de trabalho dos membros da família e controle decisório sobre todo o processo produtivo são sensivelmente mais vantajosos ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável que as explorações capitalistas patronais Oliveira (apud TINOCO [s.d]).

O Brasil se destaca no mercado mundial por ser um grande produtor e exportador de produtos agrícolas e a agricultura familiar também contribui com esta produção com as riquezas proporcionadas pela agricultura no país. Uma importante característica da agricultura familiar é que a mesma consegue, mesmo possuindo áreas pequenas de terras, diversificar sua produção. Veiga et al (2001) ressaltam a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro e pela diversificação que este setor proporciona. Os autores Guanzirolí et al (2001) através de um convênio com a FAO/INCRA e tendo como base os dados do censo

agropecuário 1995/96, analisaram os números referentes aos estabelecimentos, posse da terra, valor da produção e percentual de financiamento do Brasil e chegaram a importantes conclusões comparando a agricultura familiar com a patronal. Segundo os mesmos autores e segundo o censo agropecuário 1995/96, naquele ano existiam no Brasil 4.859.732 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, deste total de estabelecimentos 4.139.369 eram estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de há. Naquele ano o Valor Bruto da Produção (VBP) foi de R\$ 47,8 bilhões e a agricultura familiar foi responsável por 37,9% deste total sendo que a agricultura familiar recebia apenas 25,3% dos financiamentos que eram destinados a agricultura. Já a agricultura patronal detinha 240 milhões de ha com apenas 554.501 estabelecimentos. Ainda segundo os mesmos autores os agricultores familiares representavam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupando 35,5% da área total e eram responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Mesmo ocupando uma área bem menor a agricultura familiar era responsável por 76,9% dos agricultores ocupados sendo responsável assim por uma maior geração de empregos que a agricultura patronal. Com base nestes dados estes autores fizeram a seguinte comparação entre a agricultura familiar e a patronal:

Esse conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais (GUANZIROLI et al, 2001, p.55).

Através da tabela 1 temos de forma resumida os dados levantados por estes autores:

Tabela 1 - Brasil - Estabelecimentos, área e valor bruto da produção e percentual do financiamento total (ft).

Categorias	Estab. Total	% Estab. s/Total	Área Total (ha)	% Área s/total	VBP (R\$ mil)	% VBP s/total	% FT s/total
Familiar	4.139.369	85,2	107.768450	30,5	18.117.725	37,9	25,3
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0	73,8
Instit. Pia/Religiosa	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2	0,1
Entidade Pública	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1,0	0,8
Total	4.859.732	100,0	353.602.963	100,0	47.795.510	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96. IBGE - Elaboração: Convênio FAO/INCRA.

Esses números apresentados deixam claro que naquele período a agricultura familiar no Brasil apesar de ter disponível uma área bem menor de terras conseguia uma produção expressiva e uma participação relevante no (VBP) nacional.

Já Balestrin (2010) analisa os mesmos indicadores que Veiga et al (2001) só que desta vez tendo como base dados mais recentes, utilizando as informações do censo agropecuário de 2006 e o manual realizado pelo Programa de Ações Afirmativas em parceria com o PRONAF e sob a supervisão do MDA/SAF e MDA/INCRA. Segundo este autor com base no manual e no censo agropecuário de 2006, foi constatado que 84,4% dos estabelecimentos rurais no Brasil naquele período eram de agricultores familiares e os mesmos ocupavam 24,32% da área total. Ainda segundo este autor o Valor Bruto da Produção da agricultura familiar naquela safra foi de 38%. O mesmo autor procura fazer uma comparação entre a produção da agricultura familiar e produção de agricultura patronal analisando o Valor Bruto da Produção por área total das duas categorias. Segundo este autor, mesmo a agricultura familiar ocupando menos de um quarto das terras a mesma gerava um VBP/há de R\$ 677/há/ano já a agricultura patronal gerava um VBP/há de R\$ 358/há/. Os valores do VBP/há da agricultura familiar representavam 89% do Valor Bruto da Produção Total neste período (BALESTRIN, 2010). Estes números a cerca do VBP/há apresentadas por Balestrin (2010) demonstram que a agricultura familiar utiliza melhor os recursos que dispõe na propriedade, gerando mais renda em áreas menores de terras. Outro ponto importante que é destacado por Balestrin (2010) se refere a mão de obra, o censo identificou que 74,38% dos trabalhadores que estão na agricultura são agricultores familiares, assim além de gerar mais renda a agricultura familiar também colabora de forma positiva na geração de empregos e de pessoas ocupadas no campo. Balestrin (2010) destaca ainda, que segundo o censo agropecuário de 2006, na safra de 2005/2006 a agricultura familiar foi responsável por 50% dos produtos destinados a alimentação que faziam parte da cesta básica do brasileiro, produzindo 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos consumidos no país. Com base nestes dados este autor comenta que: “é imensa a importância da agricultura familiar no Brasil, principalmente se for levado em consideração que a área destinada à agricultura familiar é 25% inferior a área total cultivada” (BALESTRIN, 2010, p.16).

Comparando os dados dos dois censos agropecuários baseados nos autores Veiga et al (2001) e Balestrin (2010) temos no censo agropecuário 1995/96 85,2% dos estabelecimentos rurais como sendo de agricultores familiares, já no censo agropecuário de 2006 os mesmos estabelecimentos representavam 84,4%. Pode ser observada nestes dados uma diminuição pouco significativa (0,8%) se considerarmos o período de uma década entre os dois censos. O Valor Bruto da Produção também se manteve estável em 1996 era de 37,9% e passou para 38% praticamente não havendo alterações. Já em relação à área de terras e ao número de

agricultores familiares observamos uma mudança mais significativa. Em 1996 a agricultura familiar possuía 35,5% da área total contra 24,32% em 2006, uma diferença de mais de 10% constatada no período entre os dois censos. Esses dados relacionados a área de terras são importantes pois demonstram que está havendo um aumento na concentração de terras no Brasil. Em relação ao número de agricultores familiares na comparação entre os dois censos também observamos uma diminuição. Em 1996 dos agricultores que viviam no campo 76,9% eram agricultores familiares, já em 2006 este índice caiu para 74,38%.

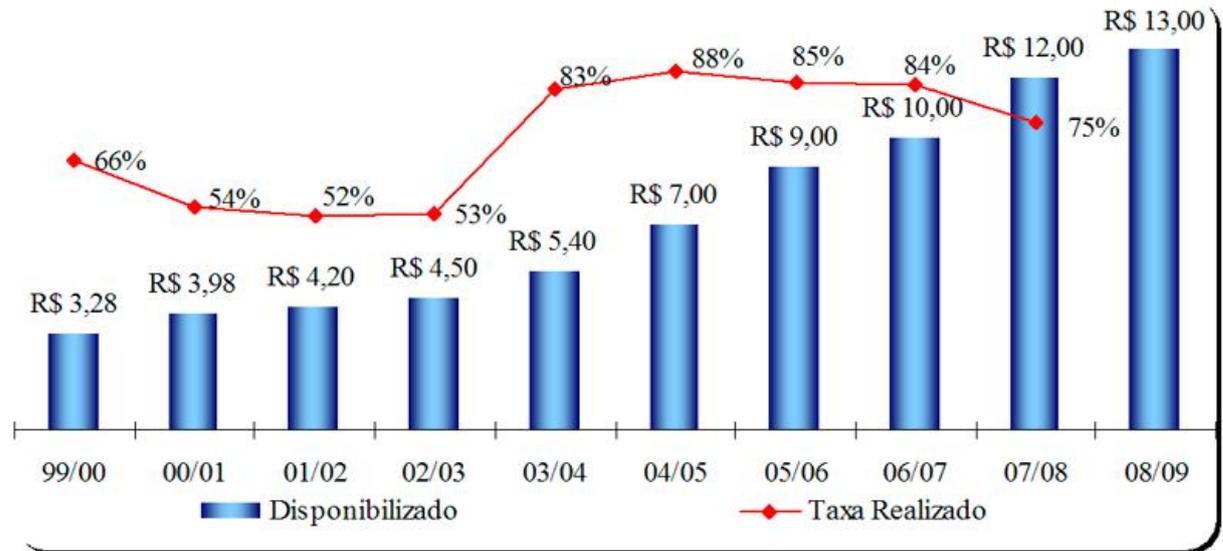
Estes números relacionados à diminuição de área e de agricultores familiares devem servir de alerta, pois interferem diretamente no modelo de agricultura que o país terá no futuro. Apesar da área de terras ocupadas pela agricultura familiar e o número de agricultores familiares ter diminuído, os dados apresentados por estes autores baseados nos dois censos agropecuários demonstram que a agricultura familiar no Brasil é bastante representativa e tem grande importância na economia e na segurança alimentar do país.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Mattei (2001) durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas privilegiavam os setores que estavam mais capitalizados e os produtos denominados de *commodities* que eram voltados ao mercado internacional, com o objetivo de equilibrar a balança comercial do Brasil. Dessa forma os pequenos produtores rurais ficaram a margem dos benefícios oferecidos pelas políticas agrícolas, principalmente em relação ao crédito rural, os preços mínimos e o seguro da produção. Ainda segundo Mattei (2001) apenas a partir da metade da década de 1990 que o governo brasileiro começou a atender as reivindicações dos pequenos produtores rurais, que a tempo cobravam políticas públicas de desenvolvimento rural que fossem voltadas a este segmento social. Estes pequenos produtores rurais representavam um grande número de estabelecimentos familiares e se encontravam fragilizados social e economicamente. Dessa forma começaram a ser implantadas algumas políticas diferenciadas para a produção familiar e dentre estas políticas o PRONAF foi uma delas (MATTEI, 2001).

Ivaldo Gehlen (2004) menciona a valorização que o agricultor familiar passou a ter a partir das políticas públicas implantadas recentemente, como os financiamentos das atividades rurais, da habitação entre outros.

Entre as políticas públicas existentes destinadas a agricultura familiar o PRONAF é uma das principais e que merece destaque pela sua amplitude. Os recursos destinados a este programa aumentam a cada ano procurando dessa forma que cada vez mais agricultores familiares tenham acesso aos recursos deste programa. Através do gráfico 1 podemos perceber o crescente aumento no volume de recursos destinados ao PRONAF, principalmente a partir da safra 03/04 que foram tendo um acréscimo maior em relação às safras anteriores. Outro fato importante que notamos neste gráfico é que na safra 07/08 parte dos recursos disponibilizados não foram emprestados havendo assim uma sobra de 25% dos recursos disponibilizados. Através destes dados podemos perceber a valorização que o governo federal está dando aos agricultores familiares colocando o PRONAF como uma das principais políticas públicas do governo voltada a agricultura familiar. No gráfico abaixo montante disponibilizado.

Gráfico 1 - Evolução dos recursos destinados ao PRONAF, montante disponibilizado e realizado.

* O valor disponibilizado refere-se a bilhões de reais.

Fonte: MDA/SAF.

Tão importante como disponibilizar recursos, proporcionar assistência técnica também é fundamental para os agricultores familiares. Com o objetivo de reestruturar o sistema de assistência técnica no Brasil tendo como foco as propriedades rurais familiares foi criado em 2003 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) é “melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável” (SAF/MDA).

Há exemplo do PRONAF e da assistência técnica, outra política pública de grande importância foi à inclusão dos agricultores familiares na previdência social, dando direito ao agricultor a aposentadoria rural, ao auxílio doença e ao auxílio maternidade. Estas conquistas tiveram início em 1988 com a promulgação da constituição federal que teve como princípio a universalização da seguridade social, até então os trabalhadores rurais não tinham os mesmos direitos em relação à previdência e direitos sociais como os trabalhadores urbanos. Para Brumer (2002) a constituição de 1988 passou a prever que os idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural tivessem acesso universal à previdência social em regime especial, ou seja, sem a contribuição prévia, desde que comprovem a situação de produtor rural, garimpeiro ou pescador artesanal, bem como seus respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (BRUMER, 2002).

Outros autores também escrevem sobre o que significa a previdência social para a agricultura. Denardi (2001) afirma que:

A Previdência é, inegavelmente, importante política social para os agricultores familiares. As aposentadorias e pensões mensais recebidas pelos beneficiários de famílias de pequenos produtores rurais fazem da previdência rural a política pública de maior alcance social no país (DENARDI, 2001, p. 58).

O acesso a previdência social pelos agricultores está proporcionando muito mais do que o objetivo pelo qual foi instituído. A função dos benefícios sociais é de servir como “seguro contra perda da capacidade laborativa”, entretanto esta política pública está desempenhando um importante papel social, que é a de elevar a renda e diminuir a pobreza no campo (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

Estas duas políticas públicas Previdência Social e PRONAF são apontadas como as mais importantes que temos hoje voltadas para a agricultura familiar do Brasil, mas além destas outras políticas públicas importantes estão sendo desenvolvidas e estão ajudando a diminuir a pobreza e melhorar a renda dos agricultores familiares. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um desses exemplos. Este programa que faz parte do programa Fome Zero vem ganhando destaque como política pública voltada para a agricultura familiar. Criado em 2003 pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, e regulamentado pelo Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008 o PAA, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem como objetivo incentivar a agricultura familiar, através da distribuição de produtos agropecuários para pessoas que estejam em situação de insegurança alimentar. Além da distribuição o programa procura fazer estoques dos produtos que são adquiridos diretamente da agricultura familiar. Este programa é administrado por um grupo gestor interministerial no qual fazem parte a (Conab, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Fazenda; Planejamento; do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS) A responsabilidade da estocagem e operacionalização do programa ficam a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Os autores Delgado, Conceição e Oliveira (2005), fizeram uma avaliação da implementação do PAA, e destacaram como principais aspectos deste programa o fato de que o mesmo colabora com o aumento da produção, da diversificação e também ajuda na melhoria da qualidade da produção utilizada para o autoconsumo dos agricultores familiares, além de proporcionar subsídios ao consumo de alimentos. Além destes benefícios diretos os mesmos autores citam alguns benefícios indiretos que este programa proporciona. Um dos benefícios indiretos é a recuperação dos preços recebidos pelos produtores. Os autores citam que: “o

simples fato do anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários”. Outro benefício do PAA segundo os mesmos autores é que o programa tem facilitado a alguns segmentos da sociedade como escolas, creches, albergues, instituições de caridade, entre outros ao acesso de alimentos adquiridos do governo federal diretamente da agricultura familiar.

Outra importante política pública do governo federal que também procura beneficiar ao mesmo tempo, agricultores familiares que fornecem os produtos e por outro lado toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas, que consomem estes produtos é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa foi implantado ainda em 1955 e procura transferir recursos financeiros para os municípios que são destinados para a alimentação escolar. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o PNAE tem como o objetivo:

Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (FNDE, 2010).

O montante de recursos que são repassados aos municípios tem como base o censo escolar do ano anterior ao do repasse. Segundo o FNDE o orçamento do programa para 2011 é de R\$ 3,1 bilhões, e o objetivo é beneficiar 45,6 milhões de estudantes. Em 2009 foi criada a Lei nº 11.947, que determinou que 30% do valor que é repassado aos municípios deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Essa medida procurou estimular o desenvolvimento econômico das comunidades e também proporcionou alimentos de qualidade aos alunos. Essa medida beneficiou os agricultores familiares que tiveram assim um mercado de consumidores próximos, sem atravessadores o que proporcionou uma maior margem de lucro. Outro ponto importante deste programa é que o mesmo é fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) é outra importante política pública voltada a agricultura familiar. Foi criado em 1996 pelo Governo Federal através do decreto nº 5.996. Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) o PGPAF foi instituído com os seguintes objetivos: assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo Pronaf; garantir a continuidade das

atividades produtivas da agricultura familiar; ser o direcionador dos custos dos agricultores familiares; permitir a diversificação da produção e reduzir os gastos com alongamentos, concessão de “bônus de adimplência” e outras medidas quando ocorre queda de preços dos produtos. O principal aspecto deste programa é que o mesmo procura garantir o custo de produção, dessa forma os produtores correm menos riscos em suas atividades principalmente em relação a endividamentos por perdas da produção em eventos climáticos.

Percebe-se que nos últimos anos surgiram novas políticas públicas de apoio a agricultura familiar. Essa valorização neste segmento da agricultura pode estar relacionada ao fato de ter assumido no Brasil um governo popular que tem olhado de forma diferente para a agricultura brasileira. Nas décadas anteriores, em relação à agricultura havia uma valorização maior dos grandes proprietários e latifundiários, e atualmente o governo está apostando mais na agricultura familiar que têm demonstrado sua força tanto em relação a produção como em relação a sua importância social para o país.

5 HISTÓRICO E DISCUSSÕES SOBRE O PRONAF

Segundo Schneider, Cazella, e Mattei (2004) até a década de 1990 no Brasil não existiam políticas públicas específicas voltadas para a agricultura familiar ou as que tinham eram pouco significativas. Dessa forma os pequenos agricultores que estavam descapitalizados não tinham como investir em suas propriedades e encontravam dificuldades de aumentar a renda na propriedade. A falta de acesso ao crédito e a preocupação com a abertura comercial da economia com a criação do MERCOSUL fizeram com que os movimentos ligados a agricultura como os sindicatos de trabalhadores rurais ligados CONTAG, Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) pressionassem o governo para que implantasse políticas de incentivo a este setor. Essas reivindicações dos agricultores foram defendidas e apresentadas para o Governo Federal através das “Jornadas Nacionais de Luta” na primeira metade da década de noventa e que a partir de 1995 passaram a ser denominado de “Grito da Terra Brasil” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Assim, segundo estes mesmos autores o PRONAF foi criado não por iniciativa ou vontade própria do Estado, mas sim como:

Uma resposta do Estado às pressões de movimentos sindicais rurais que eram realizadas desde a década de 1980. Em consequência destas reivindicações o governo Itamar Franco criou em 2004 o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS). O PROVAP teve sua importância não pela quantidade de recursos destinados a este programa, que eram valores muito abaixo da necessidade e da reivindicação deste setor, mas sim pelo fato de ter sido o ponto inicial, pois dois anos mais tarde, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso o PROVAP foi reformulado dando lugar ao PRONAF, uma das mais importantes políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Até a criação deste programa os agricultores familiares eram definidos pelo Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura como “mini-produtores” e tinham que disputar recursos públicos com os grandes proprietários que no Brasil sempre foram os principais tomadores de crédito (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004 p.02).

Dessa forma o PROVAP que segundo os autores Schneider, Cazella e Mattei (2004) foi totalmente reformulado deu origem ao PRONAF, que em 1996 foi institucionalizado através do decreto número 1.946 datado de 28/07/1986. No início este programa era voltado mais especificamente para atender aos créditos destinados ao custeio agrícola. Só a partir do ano de 1997 é que o programa foi estendido a todo o território nacional de forma quando

ganhou uma maior dimensão e passou atuar nas áreas de investimento, infra-estrutura, serviços municipais, capacitação e pesquisa (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Segundo Schneider, Westphalen e Gazzolla (2005, p. 09) “O PRONAF como política pública específica para a agricultura familiar deve ser considerado um avanço sem precedentes históricos no país” apesar de considerar de grande importância, para os mesmos autores o PRONAF “ainda padece de alguns importantes ajustes para se converter em uma política de crédito rural que faça jus ao seu objetivo principal que é o de gerar o fortalecimento da agricultura familiar” (SCHNEIDER; WESTPHALEN; GAZZOLLA, 2005, p. 09). Esta afirmação sugere que este programa apesar de importante possui limitações e estas limitações são alvo de discussão para diversos autores. Estes mesmos autores comentam que o PRONAF como política pública, induz o agricultor, a plantar certas culturas mais tradicionais que são mais financiadas pelos bancos, ficando os produtos destinados ao autoconsumo em segundo plano.

A especialização produtiva gerada pelo Pronaf é a situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que esta financia. Ou seja, o que é mais fácil e historicamente as instituições bancárias tem tradição de financiamento e de operacionalização. Neste caso, os cultivos que se sobressaem é a produção de grãos e de *commodities* agrícolas como o milho, a soja, o trigo, o fumo e outras em menor volume (SCHNEIDER; WESTPHALEN; GAZZOLLA, 2005, p. 09).

Outra limitação do PRONAF segundo os autores Schneider, Cazella e Mattei (2004) é a forte concentração de recursos do PRONAF na região Sul, segundo estes autores em 1996 65% dos recursos foram destinados a região Sul, 10% para a região Norte, 13% região Nordeste, Sudeste 10% e Centro Oeste 2% dos recursos. Segundo eles essa concentração se deve ao fato das pressões políticas das agroindústrias e nível maior de organização dos agricultores familiares da região Sul. Guanziroli (2006) destaca como limitação do PRONAF, tendo como base o Relatório Institucional do PRONAF (2002) que “o setor bancário público não são organizações adequadas para liberar recursos para as famílias que não tem como fornecer garantias”, dessa forma os mesmos tornam o processo bastante burocrático para esses agricultores de baixa renda, além disso, segundo o mesmo autor os bancos resistem em ampliar sua clientela, assim a uma tendência dos recursos do programa ser repassados aos agricultores mais capitalizados. Essas limitações apontadas por estes autores dificultam o direito de alguns setores da agricultura familiar a acessar o crédito do PRONAF, tirando a oportunidade dos mesmos, talvez dos que mais necessitam destes recursos, de criar mecanismos dentro da propriedade que lhes garanta o aumento da renda e talvez a permanência dos mesmos nesta atividade.

6 AGRICULTORES FAMILIARES E PRONAF: DESTINO DOS CRÉDITOS, BENEFICIÁRIOS, LINHAS DE CRÉDITO

Este capítulo procura trazer informações sobre a operacionalização do PRONAF, quem são os beneficiários e quais são as principais linhas de crédito do programa. As informações contidas neste capítulo foram obtidas a partir de uma coletânea elaborada pela Secretaria de Política Agrícola da CONTAG, que a elaborou com o objetivo de facilitar o acesso dessas informações às lideranças e técnicos que fazem parte desta federação e que trabalham com este programa em todo o Brasil. Esta coletânea elaborada pela CONTAG foi copiada diretamente da página do Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2011 e faz parte do Manual de Crédito Rural (MCR 10) disponibilizado pelo Banco Central do Brasil e que rege as normativas operacionais de crédito do PRONAF.

6.1 DESTINOS DOS CRÉDITOS DO PRONAF

Os créditos do PRONAF podem destinar-se a custeio, investimento ou integralização de cotas-partes de agricultores familiares em cooperativas de produção. Os créditos de custeio devem ser destinados ao financiamento das atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto para aqueles classificados nos Grupos "A" ou "B", de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento. Os créditos de investimento se destinam ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não-agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Os créditos de integralização de cotas-partes se destinam aos agricultores familiares que fazem parte de cooperativas de produção para financiar suas cotas-partes junto às cooperativas.

6.2 PRONAF BENEFICIÁRIOS

Segundo a resolução 3.559 do Banco Central do Brasil o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se:

Ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar (MCR 10, 2011).

Para ter acesso ao PRONAF as pessoas que compõem as unidades de produção rural precisam comprovar que se enquadram no programa. Essa comprovação é feita através da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) que são fornecidas por entidades credenciadas pelo MDA no município de residência do produtor. Para fazerem parte do programa os agricultores precisam se enquadrar e atenderem os critérios de um dos seguintes grupos que fazem parte do programa:

- ↳ **Grupo "A"** - Enquadram-se neste grupo agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Também podem fazer parte do Grupo "A" os agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento.
- ↳ **Grupo "B"** - Para se enquadrar neste grupo os agricultores familiares precisam atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Explorarem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
 - b) Residirem na propriedade ou em local próximo;
 - c) Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
 - d) Obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

- e) Tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;
- f) Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$6 mil, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

↪ **Grupo "A/C"** - Enquadram-se no grupo A/C agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que:

- a) Apresentem DAP para o Grupo "A/C", fornecida pelo INCRA para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo PNCF;
- b) Já tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";
- c) Não tenham contraído financiamento de custeio, exceto no Grupo "A/C".

↪ **Agricultores familiares que:**

- a) Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA;
- b) Residam na propriedade ou em local próximo;
- c) Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
- d) Obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até dois empregados permanentes;
- f) Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$6 mil e até R\$110 mil, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluído os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

↪ **Demais beneficiários:** São também beneficiários e se enquadram como agricultores familiares do PRONAF, exceto nos grupos "A" e "A/C", desde que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP de até R\$110 mil, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluído os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais e não mantenham mais que dois empregados permanentes:

- a) Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
- b) Extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;
- c) Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- d) Aquicultores, maricultores e piscicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;
- e) Comunidades quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas e de beneficiamento e comercialização de produtos;
- f) Povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas e de beneficiamento e comercialização de seus produtos;
- g) Agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme legislação vigente.

6.3 PRONAF LINHAS DE CRÉDITO

No início da entrada em vigor do PRONAF, o programa era destinado exclusivamente ao financiamento do custeio de lavouras, a uma taxa de 16% ao ano, sendo que quem pagasse o financiamento no prazo estipulado tinha direito a um bônus de adimplência de 25%. Ao longo dos anos o programa foi sendo modificado e foi incluindo um maior número de atividades dentro da agricultura familiar (BALESTRIN, 2010). Segundo o MCR 10 produzido pelo Banco Central e que regulamenta o crédito no Brasil, hoje o PRONAF abrange as seguintes linhas de crédito, cada uma com sua finalidade específica conforme tabela abaixo:

Tabela 2- Pronaf linhas de crédito disponíveis.

LINHAS	BENEFICIÁRIOS	FINALIDADES	JUROS
PRONAF floresta	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto do grupo “B”	Investimento para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação	1% a. a.
PRONAF semi-árido	Agricultores enquadrados no PRONAF	Investimento para infraestrutura hídrica e demais infraestruturas de produção agropecuária	1% a.a.
PRONAF mulher	Agricultoras familiares enquadradas no PRONAF	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse da mulher agricultora	Mesmo que o Pronaf investimento
PRONAF jovem	Os beneficiários deste crédito são jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas no PRONAF	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse do (a) jovem agricultor (a)	1% a.a.
PRONAF agroindústria	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, suas cooperativas e associações, exceto os enquadrados nos grupos “A”, “B” e “A/C”	Custeio e investimento para implantação, ampliação, recuperação e modernização de pequenas e médias agroindústrias	De 1% a 4% a.a.
PRONAF cotas-partes	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF filiados a cooperativa de produção de produtores rurais	Financiamento da integralização de cotas-partes	4% a.a.

Continuação da tabela 2

LINHAS	BENEFICIÁRIOS	FINALIDADES	JUROS
PRONAF agroecologia	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto nos grupos “A”, “A/C” e “B”	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos	De 1% a 4% a.a.
PRONAF eco	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto nos grupos “A”, “A/C” e “B”	Investimento para implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e correção de solo	De 1% a 4% a.a.
PRONAF mais alimento	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto nos grupos “A”, “A/C” e “B”	Projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo, e para frutas, olerícolas, apicultura, aquicultura e pesca, avicultura, gado de corte, leite, caprinos e ovinos e suinocultura	2% a.a.

Fonte: MCR 10 (2011) – Banco Central do Brasil, adaptado pelo autor.

Para Guanzioli (2001) quando do surgimento do PRONAF o crédito destinado aos pequenos produtores era escasso e seu custo era alto. Ainda segundo este autor este programa foi se estendendo de forma considerável por todo o território nacional, o montante de recursos foi sendo ampliado, foram criadas novas linhas de crédito para ampliar os beneficiários e a taxa de juros foi sendo reduzida. Além disso, o programa assumiu a assistência técnica e reforçou a infra-estrutura dos agricultores, o aumento do acesso ao crédito contribuiu no crescimento dos municípios onde estão inseridos estes agricultores segundo Guanzioli (2001). Para os autores Schneider, Cazella e Mattei (2004) a divisão dos beneficiários do PRONAF em segmento teve como base um estudo do convênio FAO/INCRA com o objetivo de adequar as regras do programa as diferentes faixas de renda dos agricultores. Segundo os mesmos autores essa classificação: “permitiu que as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social” essa classificação permitiu também a aqueles agricultores mais desprovidos de recursos com menor faixa de renda fossem beneficiados com rebates e taxas de juros mais baixas.

7 O MUNICÍPIO DE CAMARGO: LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS

Neste capítulo será apresentado às principais características do município de Camargo, apresentando de forma breve os dados de localização, histórico do município, aspectos sociais e econômicos, dando maior ênfase aos dados da agricultura, principal atividade econômica do município e foco deste estudo.

7.1 LOCALIZAÇÃO

Segundo dados da Prefeitura Municipal, o município de Camargo está localizado na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, na microrregião de Passo Fundo, e faz divisa com os municípios de Marau, Vila Maria, Soledade e Nova Alvorada. Camargo fica a uma distância de 270 km da capital Porto Alegre e a principal via de acesso é a RST 132.

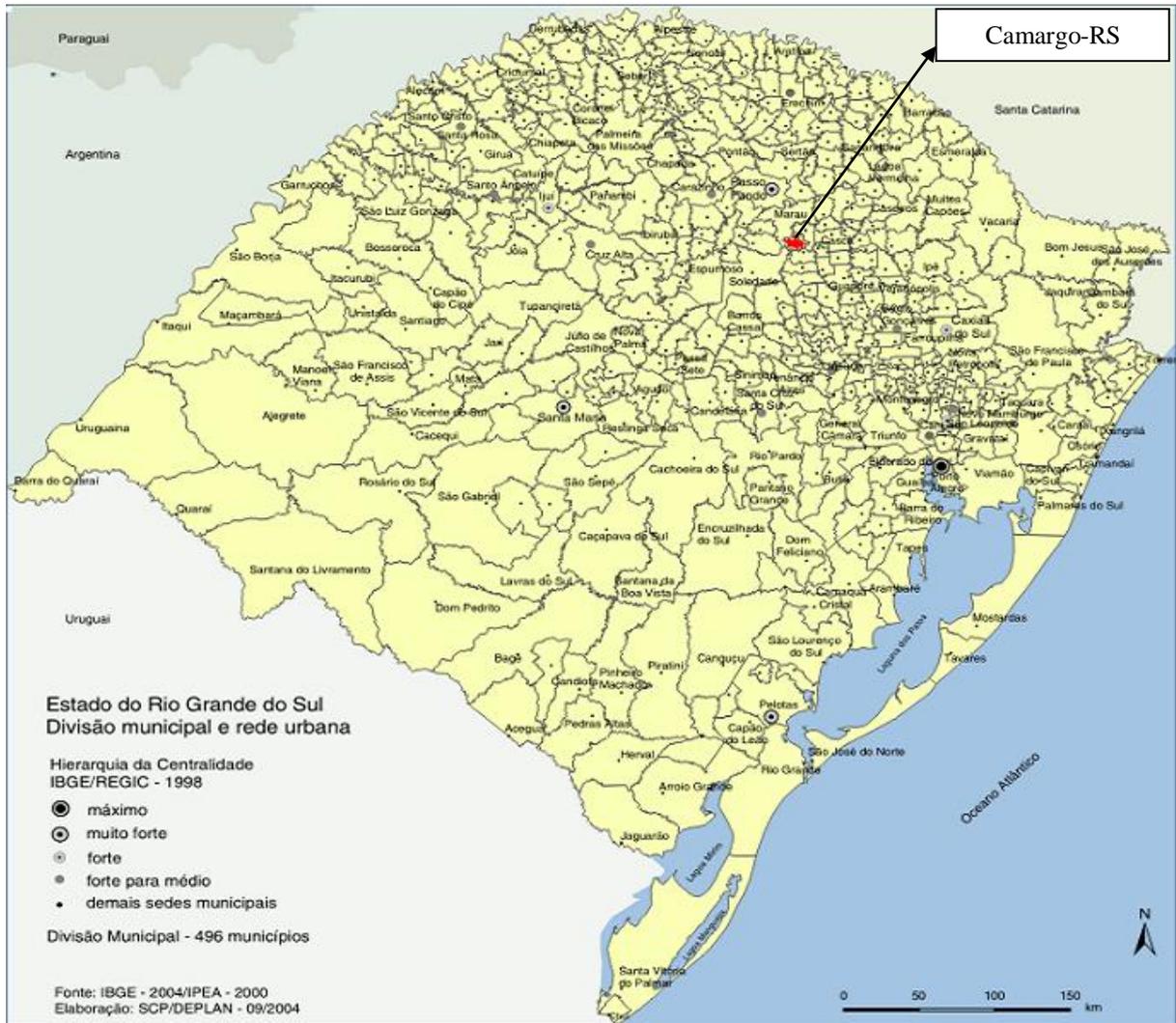


Figura 1 - Localização de Camargo no Estado do RS.

Fonte: IBGE (2010).

Segundo dados do IBGE censo demográfico 2010, o município de Camargo possui uma população de 2.592 pessoas, possui ainda uma área territorial de 138, 069 Km² e uma densidade demográfica de 18,77 hab/km².

Lodi e Romanini (1992) em seu livro intitulado “Camargo e sua história”, fazem a seguinte classificação em relação ao clima do município:

O clima da região é do tipo subtropical-temperado, com uma temperatura média anual é de 18°C. O período correspondente ao inverno é marcado por fortes geadas e eventuais nevascas. Nesse mesmo período é freqüente a neblina. No alto verão, nos meses de dezembro a março a temperatura chega a 35°C. Normalmente as chuvas são bem distribuídas, sendo uma média mensal de 154 mm. Normalmente os meses de dezembro e janeiro são os mais secos. Alternam-se estiagens e cheias de curta duração e periodicidade incerta (LODI; ROMANINI, 1992, p. 12).

Em relação à topografia os mesmos autores definem o município de Camargo como sendo uma região onde não existem montanhas, mas por fazer parte da Encosta Superior do Nordeste o terreno é formado por morros, planícies e elevações.

7.2 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS

Segundo informações do IBGE (2010) referente ao histórico do município de Camargo:

Os primeiros habitantes do município denominaram de Camargo o rio que margeia o local, surgindo daí a denominação. Os primeiros imigrantes chegaram por volta de 1905, e encontraram vestígios de ocupação. Toda a planície cercada de pequenas elevações que margeavam o rio existente era habitada por algumas famílias de "caboclos" sem origem definida. Os imigrantes de origem italiana que chegavam buscando um local para melhor habitar, construíram casas humildes, mais ou menos próximas que lhes proporcionava segurança e inter-relacionamento. Todos pertenciam à religião católica e traziam em sua bagagem os hábitos e costumes de seus ancestrais. Os primeiros habitantes da região foram Antônio Fioravanço, Francisco Bonessoni, José Miri e João Bathista Smaniotto. Em seguida construíram a primeira igreja, a qual foi visitada pela primeira vez pelo padre Valentim Rumpel, vindo de Passo Fundo. Em 1910 chegou a Camargo o Sr. Remo Strona, que era agrimensor e possuía algum conhecimento de técnicas urbanas, e passou então a elaborar um esboço do que é hoje a cidade de Camargo, locando ruas e destinando os locais que são hoje a praça, a igreja e a escola. Em 1911 foi instalado o cartório de registros civis tendo como primeiro escrivão o Sr. Teodoro Manuel dos Santos. Em 1940 foi criada a paróquia Santo Antonio de Camargo, conforme decreto episcopal assinado por Dom Antônio Reis, Bispo de Santa Maria. Em 17 de fevereiro de 1959, nos termos da lei estadual nº 3723, foi autorizado à anexação do distrito de Camargo ao município de Marau (IBGE, 2010).

Ainda segundo informações do IBGE (2010) o gentílico de quem é natural deste município é denominado de Camarguense e em relação à evolução histórica administrativa de Camargo, são encontrados os seguintes dados.

- ↳ Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Soledade o distrito de Coronel Ferreira.
- ↳ Pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938, o distrito de Coronel Ferreira passou a denominar-se Camargo.
- ↳ Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Camargo figura no município de Soledade.

- ↳ Pela lei estadual nº 3723, de 17-02-1959, o distrito de Camargo deixa de pertencer ao município de Soledade para ser anexado ao município de Marau.
- ↳ Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Camargo figura no município de Marau.
- ↳ Em 12-05-1988 elevado à categoria de município com a denominação de Camargo, pela lei estadual nº 8620, alterada em seus limites pela lei estadual nº 9042, de 08-02-1990, desmembrado de Marau. Sede no antigo distrito de Camargo. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989.
- ↳ Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE, 2010).

7.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

Para identificar os aspectos sociais do município de Camargo foram colocados neste trabalho alguns indicadores. Em relação à incidência de pobreza diagnosticada por município no RS, foi constatado no município de Camargo o índice de 16,51% enquanto este mesmo índice no Estado é de 25,94% (IBGE 2000; POF 2002/2003). Outro índice importante é o que mede o desenvolvimento humano do município IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) desenvolvido a partir do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) segundo dados do Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul o IDH foi criado pela Organização das Nações Unidas e tem como objetivo comparar o nível de desenvolvimento humano dos países. Os cálculos para chegar a este índice foram feitos a partir de três fatores: a renda, a longevidade e a educação. Os números utilizados para este cálculo variam de 0 a 1 sendo que o zero é o pior índice e o um o melhor. A combinação dos três índices reflete um índice total que é o IDH-M. Os municípios com IDH-M até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; municípios com IDH-M maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2011). Na tabela 3 temos uma comparação dos três índices do município utilizados como base para o cálculo do IDH-M do ano 1991 e 2000. O IDH-M Renda passou de 0,658 em 1991 para 0,745 mesmo com a melhora deste índice o mesmo ainda é considerado como de médio

desenvolvimento. Em relação ao IDH-M Longevidade o mesmo já era considerado alto em 1991, pois estava acima de 0,800 e em 2000 ainda teve uma melhora. Quanto ao índice IDH-M Educação este passou de 0,759 em 1991 para 0,871 em 2000, ou seja passou de médio desenvolvimento. O IDH-M que é a soma dos três índices do município de Camargo passou de 0,742 em 1991 para 0,814 dessa forma em relação ao IDH-M o município passou na década de 1991 a 2000 de médio desenvolvimento para um índice considerado de alto desenvolvimento. Os índices do município de Camargo estão expostos na tabela 3.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000

CAMARGO	1991	2000
IDHM	0.742	0.814
IDHM Renda	0.658	0.745
IDHM Longevidade	0.808	0.827
IDHM Educação	0.759	0.871

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – adaptado pelo autor.

Outro índice importante é o que mede a taxa de analfabetismo que, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística - FEE (2000) no município de Camargo esta taxa é de 10,35% inferior a média do Brasil que neste mesmo ano era de 13,3%. Já comparando com a taxa de analfabetismo do Estado do Rio Grande do Sul que é de 6,7% a de taxa de analfabetismo de Camargo é bem superior o que demonstra que o município precisa desenvolver ações para diminuir este índice diminuindo o número de analfabetos do município.

Em relação à estrutura do município e que reflete nos parâmetros sociais, Camargo possui um estabelecimento de saúde que atende pelo SUS, possui também um posto onde são prestados serviços de assistência social aos munícipes. Quanto ao ensino o município conta com três escolas públicas sendo uma escola estadual de ensino médio e duas municipais. Segundo dados do IBGE (2009) as escolas do município neste ano tiveram 357 matrículas no ensino fundamental e 105 matrículas no ensino médio. A partir de 2007 o município passou a contar com um pólo de ensino superior á distância, criando parcerias com a UFPEL de Pelotas e com a UFRGS de Porto Alegre, disponibilizando os cursos de Espanhol, Educação no campo, Matemática, Pedagogia e Gestão e planejamento para o desenvolvimento rural.

Quanto ao saneamento básico o município possui uma rede de distribuição de água tratada tanto na área urbana como na área rural. Segundo dados do IBGE (2009) existem no

município 907 domicílios servidos com água potável a qual a Prefeitura Municipal é a única gestora deste serviço. O município não conta com rede coletora de esgoto, conta somente com um estabelecimento de coleta de resíduos sólidos. Em relação à segurança pública existe no município um posto da Brigada Militar que é responsável pela segurança pública dos munícipes.

7.4 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

Segundo dados da Secretaria Municipal da Agricultura a área média das propriedades no município de Camargo gira em torno de 20 ha por isso uma característica do município é ser formada quase que em sua totalidade por agricultores familiares. Ainda segundo dados da Secretaria Municipal da Agricultura, a principal fonte econômica do município é a agropecuária, representando 89,84% do Produto Interno Bruto (PIB). Na tabela 4 que faz referência ao PIB do município em 2009 é possível fazer uma comparação do valor gerado pela agropecuária com as outras fontes de receita do município. Enquanto a agropecuária com 1.006 produtores gerou uma receita em 2009 de R\$ 79.563.271,63, de um total de R\$ 88.561.533,61 todas as outras fontes de receitas juntas, indústria, comércio e prestadores de serviços, somaram um valor de R\$ 8.998.261,98. Percebem-se através destes números que a receita vinda da agricultura é muito superior as outras receitas, demonstrando a vocação agrícola do município.

Tabela 4 - PIB do município em 2009.

QUANTIDADE	CLASSIFICAÇÃO	VALOR GERADO 2009
1.006	Produtores	R\$ 79.563.271,63
13	Indústrias	R\$ 985.841,01
64	Comércios	R\$ 6.220.231,91
35	Prestadores de serviço	R\$ 1.792.189,06
Valor adicionado no município		R\$ 88.561.533,61

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura.

Nas tabelas 5 e 6 temos os principais produtos, agrícola e pecuário que são produzidos em Camargo e que fazem da agropecuária a principal geradora de renda pro município. Em

relação à produção agrícola (tabela 5) ela é bem diversificada sendo que os produtos mais cultivados são o milho com 14.508 toneladas, a soja com 11.025 toneladas e o trigo com 1.458 toneladas ano. Quanto à produção pecuária o município também se destaca pela produção de frangos, leite e suínos, sendo que a criação de frangos e de suínos é feita pelo sistema de integração. A integração é uma parceria feita entre agroindústrias e produtores onde a agroindústria entra com os animais ou aves, a ração e os medicamentos, enquanto o produtor entra com o galpão onde são alojados estes animais ou aves e com a mão de obra. Toda a produção é da empresa integradora que paga uma porcentagem ao produtor. Este valor varia dependendo da conversão (relação entre ganho de peso e consumo de ração). Na tabela 4 temos os números desta produção pecuária que são relevantes. Na produção de frangos são 2.349.459 cabeças por ano, a produção leiteira 14.122.000 litros ano e a de suínos com 13.500 cabeças além destas, com menos destaque, mas também importantes temos a produção de bovinos com 6.396 cabeças ano e o mel com uma produção de 8.500 kg por ano. Toda esta produção junta faz da agropecuária a principal atividade que impulsiona o município.

Tabela 5 - Dados das Principais Atividades de Produção Agrícola Municipal 2009.

CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (ton.)	ÁREA DE PRODUÇÃO (Ha)
Lavoura temporária		
Milho	14.508	2.600
Soja	11.025	4.200
Trigo	1.458	600

Fonte: IBGE (2010).

Tabela 6 - Dados das Principais Atividades de Produção Pecuária Municipal de 2009.

Descrição	Quantidade (cabeças)
Bovinos	6.396
Suínos	13.500
Frangos	2.349.459
Leite	14.122.000 litros
Mel	8.500 kg

Fonte: IBGE (2010).

O último censo agropecuário realizado em 2006 pelo IBGE traz mais dados sobre a realidade da agricultura no município. Segundo dados do censo existem em Camargo 478 estabelecimentos agropecuários onde a condição de posse é proprietário individual. A área

total destes estabelecimentos é de 9.798 há. Fazendo uma divisão da área total em há pelo número de estabelecimentos podemos identificar que a área média dos estabelecimentos agropecuários no município de Camargo é de 20,49 há, ficando muito próximo a um módulo fiscal que no município é de 20 há. Com esses dados podemos concluir também que pelo tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários, no município predominam as pequenas propriedades rurais (Lei Federal 8.629/93, chamada Lei Agrária, no artigo 4º define como pequena propriedade a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais). Além destes estabelecimentos segundo o censo foram identificadas ainda no município de Camargo sete unidades onde a condição de posse é de condomínio rural com um total de 287 há, também sete unidades onde a condição de posse é de arrendatário num total de 43 há e também sete unidades onde a condição de posse é ocupante num total de 107 ha. Não foi identificado no município segundo o IBGE nenhum estabelecimento onde a condição de posse é de assentados.

Outro ponto significativo em relação à utilização das terras, a pesquisa do IBGE identificou que a maioria das propriedades (401) utiliza o plantio direto na preparação do solo, contra apenas 10 que ainda utilizam o sistema convencional que consiste na aração e gradagem do mesmo. Através destes dados é possível dizer que os agricultores do município de Camargo se apropriam das novas tecnologias existentes para o setor e que os mesmos se preocupam com a conservação do solo, pois esta tecnologia do plantio direto, além de outros benefícios, colabora com a conservação do solo.

Quanto ao pessoal ocupado na agricultura de Camargo o censo identificou uma realidade que está presente na agricultura brasileira que é a masculinização no campo, ou seja, o predomínio de homens em relação às mulheres que trabalham na agricultura. Das 1.379 pessoas ocupadas na agricultura 803 são homens e 576 mulheres. Em relação à quantidade de pessoas na área rural e urbana entre o censo de 2000 e 2010 tiveram uma mudança significativa. Segundo dados do IBGE censo demográfico 2000 e 2010 a população total do município de Camargo aumentou 94 pessoas passando de 2.498 para 2.592. Enquanto a população total aumentou como também a população urbana, a população rural sofreu uma diminuição considerável passando de 65,8% em 2000 para 57% em 2010. Dessa forma constata-se que houve um êxodo da área rural para a área urbana neste período como pode ser constatado na tabela 7 que segue:

Tabela 7 - Evolução da população rural e urbana de 2000 a 2010 em Camargo.

Ano	População total	Urbana	%	Rural	%
2000	2.498	880	35,2	1.618	65,8
2010	2.592	1.095	43,0	1.497	57,0

Fonte: IBGE (2010), adaptado pelo autor.

Apesar de notarmos que houve uma diminuição do número de pessoas morando na área rural na última década de 65,8% em 2000 para 57% em 2010 no município, segundo dados do IBGE (2010) se for comparar com a média do Brasil que ainda segundo dados do IBGE 2010 84% da população vive na área urbana contra apenas 16% que vive na área rural em Camargo o número de pessoas morando na área rural ainda é bem superior a média nacional.

8 PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAMARGO

No capítulo a seguir estão colocadas as informações de como funciona o PRONAF em Camargo e também as instituições que viabilizam o programa no município. As informações contidas neste capítulo estão baseadas em pesquisas feitas em banco de dados sobre crédito rural no município de Camargo. Além das pesquisas, muitas das informações contidas neste capítulo tiveram como base duas entrevistas feitas, uma com o presidente do STTR e outra com o chefe do escritório da EMATER de Camargo, entidade estas que tem um papel importante em relação a esta política pública no município, pois contribuem com o próprio funcionamento do programa. Como não existem muitas informações disponíveis sobre este programa no município de Camargo as entrevistas são importantes para se fazer um diagnóstico de como é o funcionamento do programa no município.

8.1 DADOS GERAIS SOBRE O PRONAF NO MUNICÍPIO

As informações em órgãos públicos, instituições, bancos de dados e outros meios de pesquisa no país que se tem disponíveis sobre o PRONAF, relacionadas aos municípios são poucos e nem sempre está relacionada somente ao PRONAF, por isso a maioria das informações sobre o PRONAF no município foram conseguidas nas instituições que estão diretamente relacionadas com o programa.

Observou-se nesta pesquisa que o PRONAF no município de Camargo funciona da seguinte forma: As instituições STTR e EMATER são responsáveis pelo enquadramento dos agricultores no programa. O enquadramento é feito através da DAP que é assinada pelos representantes das duas entidades. Nos casos onde houver dúvidas se o agricultor atende a todos os requisitos de enquadramento, a decisão fica a cargo do CMDA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário) que é órgão que tem o poder de fiscalizar este programa no município. Com a DAP em mãos o agricultor se dirige até um Banco ou uma cooperativa de crédito para encaminhar o financiamento. Para conceder o financiamento o Banco exige uma série de documentos entre eles o projeto técnico de viabilidade do financiamento que só pode ser elaborado por um técnico credenciado. Muitos agricultores buscam esta assistência na EMATER, outros buscam assistência de um técnico particular sobre este critério cabe ao

agricultor a decisão de qual prefere optar. No município de Camargo não tem Banco onde o agricultor pode encaminhar o financiamento, somente duas cooperativas de crédito, estas tem condições de oferecer estes financiamentos. Por este motivo e por haver em três municípios próximos num raio de 10 a 20 km Bancos como o Banco do Brasil e Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) muitos dos agricultores vão até estes municípios para encaminhar seus financiamentos. Por este motivo não foi optado neste trabalho fazer uma pesquisa nestas instituições sobre os financiamentos concedidos aos agricultores de Camargo por estes dados se encontrarem em várias instituições de crédito diferentes.

Na tabela 8 temos algumas informações gerais sobre o volume de financiamentos concedidos aos produtores rurais e também as cooperativas do município. Apesar dos dados disponíveis nesta tabela não serem específicos do PRONAF é possível ter uma noção do volume e do destino dos financiamentos que foram destinados a agricultura do município no ano de 2010. Somando os contratos de financiamento de custeio (agrícola e pecuária) e contratos de investimento do município foram 552 contratos que foram efetivados num total de R\$ 8.138.038,32. Estes dados indicam duas linhas de crédito bastante acessadas no município, a de custeio agrícola e pecuário e a de investimento. Dos créditos concedidos aos agricultores do município o crédito agrícola é o mais acessado tanto em termos de número de contratos como em valores liberados, o que indica que a maior parte dos recursos financiados é destinada ao custeio da produção de grãos.

Tabela 8 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas município de Camargo ano 2010.

Atividade	Custeio		Investimento		comercialização		Total	
	contrato	valor	contrato	Valor	contrato	valor	contrato	Valor
Agrícola	423	3.920.494,11	58	1.871.960,33	7	834.970,00	488	6.627.424,44
Pecuaria	27	498.061,03	37	1.012.552,85	0	0,00	64	1.510.613,88
Total	450	4.418.555,1	95	2.884.513,18	7	834.970,00	552	8.138.038,32

Fonte: BACEN

Comparando o número de contratos concedidos aos agricultores do município desta tabela (552) com o número de estabelecimentos rurais do município (478) conforme censo agropecuário (IBGE, 2006), levando em consideração que um mesmo agricultor pode financiar tanto custeio agrícola, pecuário e investimento num mesmo ano é possível afirmar que a procura por financiamentos por parte dos agricultores do município é relevante.

8.2 O PAPEL DO STTR

As informações que seguem foram obtidas através de entrevista feita com o presidente do STTR de Camargo com o objetivo de fazer um diagnóstico sobre agricultura familiar, políticas públicas e PRONAF no município. Segundo o presidente do STTR no município de Camargo predomina a agricultura familiar, pois as propriedades em sua maioria são de pequeno porte, são poucas as propriedades que possuem mais de 80 há. Na maioria das propriedades do município o trabalho e a administração da propriedade são feitos pela própria família. Outra característica da agricultura do município é que a mesma está sendo cada vez mais mecanizada mesmo sendo esta uma região de muitos morros, pois cada vez se tem menos mão de obra disponível nas propriedades. Segundo o representante do sindicato esta falta de mão de obra é consequência do êxodo rural que tem acontecido nas últimas décadas. O fato de a agricultura familiar predominar no município faz com que as atividades desenvolvidas nestas propriedades sejam de grande importância na geração de renda para o município. Os dados que temos sobre o PIB do município é que a produção agrícola supera e muito a produção da indústria e de serviços por isso a agricultura familiar é tão importante para o município.

Sobre a forma que a instituição atua junto aos agricultores familiares segundo o representante desta entidade o papel do sindicato é de representar, organizar e lutar pelos direitos desta classe. O sindicato sempre lutou para que os agricultores familiares tivessem garantidos seus direitos e que o Estado tivesse políticas públicas para melhorar a renda dos pequenos agricultores, e tem conseguido algumas conquistas importantes nas últimas décadas, como a aposentadoria para os trabalhadores rurais, o auxílio maternidade, auxílio doença e em 1996 uma importante conquista que teve a participação do movimento sindical a partir das reivindicações do Grito da Terra Brasil, que foi o PRONAF. Estas duas políticas públicas, segundo o presidente do STTR, são as principais que existem hoje disponíveis para os agricultores familiares. No município de Camargo estas duas políticas públicas também são as mais importantes que temos, a aposentadoria do trabalhador rural tem ajudado muitas famílias a terem uma melhor qualidade de vida, principalmente porque após uma determinada idade fica difícil para trabalhar e conseguir uma renda para garantir o sustento. Muitos agricultores utilizam o dinheiro da aposentadoria para investir na propriedade, melhorando a renda e não raramente em diversas propriedades rurais a aposentadoria tem sido a principal renda da família. Quanto ao PRONAF no município ele também tem sido importante por ser uma

política pública voltada exclusivamente para a agricultura familiar, isto facilita no momento de acessar a mesma e o volume de recursos para este programa vem crescendo ano a ano. O fato de no município predominar a agricultura familiar e a maioria das propriedades trabalharem com mais de uma atividade diversificando a produção, faz com que os produtores acessem bastante o PRONAF, com o objetivo de investir no custeio das lavouras, na compra de máquinas, equipamentos e animais e também na construção de benfeitorias destinadas a produção de aves, suínos e gado leiteiro. Estas atividades são as mais significativas na área rural do município junto com a produção de soja, milho, trigo e mais recentemente a produção de canola que vem aumentando. Estas são também as principais atividades em que são investidos recursos do PRONAF no município, sendo o custeio tanto agrícola como pecuário, o PRONAF investimento e mais recentemente o PRONAF mais alimentos, as principais linhas acessadas pelos produtores. Segundo o representante do sindicato as outras linhas de créditos existentes do PRONAF aqui no município não estão sendo acessadas ou raramente algumas das outras linhas de crédito do PRONAF é acessada.

Quanto ao papel em relação ao PRONAF no município, a exemplo da EMATER, esta entidade está cadastrada junto ao MDA para emitir a DAP que é o documento que faz o enquadramento dos produtores no programa. Esse enquadramento é feito a partir das normas elaboradas pelo MDA específicas para este programa. Este documento é feito no sindicato e é assinado também pelo representante da EMATER. Ainda segundo informações do representante do sindicato atualmente no município existem 427 produtores com DAP ativa podendo acessar os recursos do PRONAF. Além de fornecer esta declaração o sindicato também faz projetos simplificados de financiamentos para custeio que não necessitam de projeto técnico. Além disto, o sindicato de Camargo junto com os demais sindicatos de trabalhadores rurais, federação e confederação buscam reivindicar junto aos governantes que este programa melhore a cada ano e tem conseguido fazer isto através do grito da terra Brasil, que acontece todo ano em Brasília. As reivindicações são principalmente no aumento de recursos para o programa para atender ainda mais a demanda dos agricultores familiares. Segundo o presidente do STTR apesar dos recursos destinados aos agricultores familiares ter aumentado a cada ano ainda é pouco se for comparado com os recursos que são destinados a agricultura empresarial. Além do aumento de recursos a diminuição da taxa de juros para a agricultura familiar também é uma luta do movimento sindical que vem conseguindo êxito.

Quanto aos benefícios que o PRONAF traz aos agricultores familiares e ao município de Camargo, o representante do STTR menciona que o programa proporcionou aos pequenos agricultores o acesso mais fácil e rápido ao crédito rural e também em relação ao acesso ao

seguro da lavoura, isso quase não existia antes da criação deste programa. Com a oportunidade de acesso ao crédito os agricultores familiares passaram a investir na propriedade procurando dessa forma alternativas de renda para a propriedade e também investir em novas tecnologias para acompanhar as mudanças que ocorrem com a evolução tecnológica, das construções, das máquinas, dos equipamentos e também do melhoramento genético dos animais. Muitos investimentos também que são feitos pelos agricultores em relação ao crédito do PRONAF são para compensar a falta ou a diminuição da mão de obra nas propriedades rurais que é uma realidade da agricultura em geral de todo o país e no município de Camargo também não é diferente. Em relação ao município este programa também é importante, pois o município por si só não teria recursos suficientes para financiar a agricultura, principalmente com a taxa de juros que é praticada pelo PRONAF. Os recursos deste programa fazem com que os agricultores invistam mais na propriedade movimentando a renda do município e isto pode contribuir também para diminuir o êxodo rural e pode estar contribuindo diretamente para a permanência dos agricultores nas propriedades rurais.

Quanto às dificuldades em relação a este programa o representante desta instituição coloca que as principais reclamações dos agricultores são a exigência dos bancos quanto à documentação (burocracia), as garantias exigidas pelos bancos, comprovação de renda, avalista entre outros, isto facilita quem dá mais garantias aos bancos ao acesso ao crédito e por outro lado dificulta quem oferece menos garantias, ou seja, quem está menos capitalizado e que normalmente, é quem mais precisa de crédito. Outro ponto negativo e que vem preocupando o movimento sindical é a venda de “pacotes” pelos bancos, isto é o banco só libera o financiamento se o agricultor concordar em aderir a outros serviços que o banco dispõe muitas vezes isto faz com que as vantagens proporcionadas pelo programa, principalmente os baixos juros, diminuam ou mesmo se tornem nulas.

As considerações finais do presidente do STTR sobre o PRONAF é que o mesmo é um programa importante, que pode fazer toda a diferença para alguns agricultores no sentido de proporcionar ao agricultor o acesso aos recursos para investir na propriedade, por outro lado o acesso fácil aos recursos, a pressão dos vendedores de máquinas e equipamentos para vender seus produtos podem fazer com que os recursos não sejam aplicados de forma correta. O acompanhamento técnico, com previsão de aumento da renda com a aplicação destes recursos é muito importante senão o programa pode acabar endividando alguns agricultores, podendo inclusive inviabilizar alguma propriedade rural assim um programa que foi criado para ajudar o agricultor familiar pode prejudicá-lo inclusive obrigando às vezes o agricultor a se desfazer de bens ou mesmo tendo que vender sua propriedade.

8.3 O PAPEL DA EMATER

A EMATER é a exemplo do STTR, dos bancos e cooperativas de crédito, uma instituição que também trabalha com o PRONAF no município de Camargo. Em entrevista com o chefe do escritório da EMATER no município de Camargo, este menciona que o papel desta entidade em relação ao PRONAF é de orientar os agricultores familiares sobre como funciona o programa, no enquadramento, no auxílio na viabilização do recurso (elaborando planos de crédito e intercedendo junto às agências bancárias) e acompanhamento na execução dos projetos quando for necessário. O representante desta instituição coloca também que em relação à agricultura familiar esta entidade faz visitas ou contatos com os agricultores, sobre os mais diversos assuntos, além de trabalhar na organização de excursões, palestras, cursos e seminários. Também presta assessoria às propriedades na aplicação do crédito e na sua viabilização, bem como outras demandas bastante diversificadas, que vão desde orientações nas mais diversas áreas de cultivos e de criações até auxílio na organização e promoção de eventos para promover a cidadania e a valorização do agricultor e sua família.

Sobre o PRONAF o chefe da EMATER afirma que este é um dos programas mais importantes que temos hoje, pois é o que mais disponibiliza recursos para os pequenos agricultores. Dentro do PRONAF as linhas mais acessadas pelos agricultores do município são a de Custeio (soja, milho, canola, trigo, pecuária), Investimento (máquinas, implementos, bovinocultura de leite) e o Mais Alimento (máquinas, implementos, avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite). Na tabela 09 temos informações fornecidas pela EMATER sobre as linhas de crédito e finalidade dos financiamentos através do PRONAF pelos agricultores familiares que comprovam estas informações. O custeio agrícola e o custeio pecuário são os mais acessados pelos agricultores, pois são utilizados em culturas anuais e podem ser refeitos todo ano. Na tabela 9 podemos perceber que o custeio agrícola é mais utilizado que o custeio pecuário, pois a área utilizada para produção de grãos no município é maior que a utilizada em pastagens. O agricultor familiar de Camargo também busca no PRONAF recursos para investir na compra de tratores, de implementos como pulverizadores, plantadeiras, ensiladeiras e equipamentos que são utilizados principalmente em aviários, pocilgas e também equipamentos utilizados na produção leiteira. Percebe-se através da tabela que nos três anos houve uma demanda considerável pela linha de investimento e também na linha do mais alimento para compra de tratores, equipamentos e implementos. Quanto ao financiamento de construções não houve muita demanda e as mesmas se mantêm estável nos três anos em que

se têm as informações. Na tabela 9 onde se lê outra finalidade são financiamentos que tem pouca procura pelos agricultores como financiamento para aquisição de calcário e para plantação de eucaliptos. O agricultor procura buscar os financiamentos que tem a menor taxa de juros e prazo mais longo para pagamento percebe-se isso através da migração que houve dos financiamentos da linha de investimento para a linha do mais alimento. Enquanto os contratos de investimento diminuíram de 2008 para 2010 os contratos no mais alimento aumentaram desde que foi incluída esta linha no PRONAF em 2008.

Os dados desta tabela se referem aos projetos elaborados por esta instituição no período informado, salientando que estes dados são parciais e servem como base para entender quais as principais linhas que são mais acessadas pelos agricultores familiares e a principal finalidade que os recursos são destinados. Estes foram os projetos elaborados e encaminhados às agências de crédito, isto não quer dizer que todos os projetos tenham sido formalizados. Em relação à quantidade de financiamentos eles não são números totais, pois nem todos os projetos feitos no município passam pela EMATER. Há casos de agricultores que preferem fazer os projetos em empresas particulares, e também no caso do custeio agrícola até um determinado valor o agricultor não precisa de projeto técnico, somente um projeto simplificado que muitas vezes é feito pelo próprio banco. Outro ponto importante em relação aos custeios agrícolas é que muitas vezes os mesmos têm a prorrogação automática e neste caso estes não aparecem na tabela.

Tabela 9 – Projetos do PRONAF elaborados pela EMATER de Camargo.

Linha de crédito	Finalidade	2008	2009	2010
Mais Alimento	Compra de tratores	02	17	08
	Compra de implementos e equipamentos	01	13	18
	Construções	-	02	04
	Outra finalidade	-	03	04
Investimento	Compra de tratores	08	06	02
	Compra de implementos e equipamentos	29	09	14
	Construções	08	02	03
	Outra finalidade	-	02	03
Custeio	Agrícola	44	32	20
	Pecuário	12	04	04
Total de propostas		104	92	80
Valor total financiado (R\$)		1.757.985,43	2.768.749,26	2.209.085,83

Fonte: EMATER.

Em relação aos valores financiados somando todos os valores, custeios e investimentos, temos um valor bem expressivo se levarmos em consideração o tamanho e o número de agricultores familiares que vivem no município. A diversificação da produção nas propriedades, a busca do seguro agrícola, a necessidade de investir e acompanhar as novas tecnologias que surgem no mercado são alguns dos motivos que levam os agricultores a buscar recursos do PRONAF.

Sobre benefícios e dificuldades que este programa traz aos agricultores familiares, o representante desta instituição menciona que os principais benefícios são a possibilidade de verem realizados seus projetos com maior facilidade, uma vez que a oferta de crédito oportuniza aos agricultores a realização desses projetos num espaço de tempo mais curto. O acesso ao crédito faz com que haja melhora na produtividade através da adoção de melhores tecnologias, incremento na renda o que pode contribuir para manter o produtor na atividade e menor demanda de mão de obra, e tudo isso, de um modo geral melhora a qualidade de vida do produtor. A dificuldade de oferecer garantias aos bancos no momento de acessar o crédito, para o representante da EMATER, é a principal dificuldade enfrentada por alguns agricultores familiares em relação ao PRONAF.

Na opinião de representante da EMATER, o fato de muitos agricultores não terem foco, não terem projetos, acabam investindo recursos do programa em projetos que não são seus, influenciados muitas vezes porque o vizinho comprou um trator novo o produtor sente que tem que acompanhar e vai comprar um também, se um conhecido investiu em determinada atividade ele acaba por investir nela também, quando, às vezes, nem tem aptidão para a atividade e vai ter uma frustração logo adiante. Isso faz com que muitos investimentos não tragam retorno ao produtor, endividando-o e não havendo o correspondente retorno econômico esperado. Existem casos também em que o produtor não tem necessidade ou ambição de ter mais renda, mas ele só quer realizar alguns sonhos que, mesmo não lhe trazendo retorno econômico, lhe trás satisfação pessoal.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou entender os principais conceitos e informações existentes em relação à agricultura familiar, políticas públicas e principalmente em relação ao PRONAF a nível nacional. A partir destes conceitos e informações buscou-se aprofundar um pouco mais sobre como está sendo acessado e como está o funcionamento deste programa no município de Camargo, procurando entender tanto a parte operacional do programa no município, bem como as dificuldades e potencialidades que o mesmo traz aos agricultores familiares.

Algumas dificuldades encontradas no decorrer desta pesquisa acabaram por limitar este trabalho. Uma delas foi o fato de não ter todas as informações do acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares do município centralizados num único lugar, como a Secretaria da Agricultura Familiar ou no Banco Central e que esses dados estivessem disponíveis para pesquisa. Outra dificuldade foi a falta de informações dos Bancos e Cooperativas de Crédito que operam o PRONAF. Não foram buscadas informações nestas instituições pelo motivo dos agricultores buscarem este crédito em várias instituições diferentes e em vários municípios além das de Camargo. Além disto, estas instituições costumam não facilitar o acesso a esses dados. Outra dificuldade foi à falta de entrevistas com alguns agricultores familiares que acessam ou que não conseguiram acessar o programa o que traria informações importantes que enriqueceriam este trabalho. A opção de não entrevistar os agricultores foi pelo motivo de isto demandar mais tempo para pesquisa e análise dos dados. Por estes motivos optou-se neste trabalho buscar o objetivo do mesmo sob a perspectiva das entidades STTR e EMATER de Camargo que trabalham com o programa e que foram solícitas em repassar as informações que dispunham sobre o PRONAF. O fato de optar somente por estas entidades para o estudo limitou o mesmo, pois atores importantes que também fazem parte do funcionamento do programa no município ficaram fora do estudo.

Com base nas limitações constatadas neste estudo fica como sugestão para os futuros trabalhos que sejam relacionados ao PRONAF no município de Camargo, que a pesquisa inclua também os agricultores familiares, colocando a opinião dos mesmos sobre o PRONAF e quais as dificuldades e potencialidades do programa sob o olhar destes atores sociais. As informações coletadas dos próprios agricultores que acessam o programa ou que tem dificuldade de acessar o mesmo poderiam ajudar na forma que o mesmo é conduzido pelas organizações do município e servir como sugestões para quem elabora ou trabalha as políticas públicas que existem hoje. As opiniões dos agricultores familiares em relação ao

funcionamento do PRONAF podem ser utilizadas como comparativos das teorias existentes de vários autores que escrevem sobre o programa, principalmente em relação aos problemas e dificuldades que o programa apresenta.

Em relação a este trabalho constatou-se que a agricultura familiar tem uma função importante no país, pois além de produzir uma grande parte dos alimentos que são consumidos pelos brasileiros, a agricultura familiar também ocupa muitos trabalhadores, por isso é uma importante geradora de empregos e de renda. A agricultura familiar é importante não apenas pela questão econômica, mas também na questão social, pois nestes núcleos familiares ocorrem relações importantes, relação entre familiares, entre parentes, entre vizinhos, relação entre pessoas e meio ambiente, tudo isto deve ser levado em consideração quando se analisa uma unidade de produção agrícola familiar. As políticas públicas têm uma função importante para este setor da agricultura, pois quando proporcionam aos mesmos ter acesso a um crédito subsidiado, podem estar contribuindo com o aumento da renda e com a permanência destes agricultores na atividade. A permanência dos agricultores morando e trabalhando no interior, contribui inclusive para que haja menos competição por espaço e por emprego nos centros urbanos que estão cada vez mais saturados.

O PRONAF é hoje para a agricultura familiar uma das políticas públicas, já criadas pelo Governo Federal, mais importante que existe porque proporcionou aos pequenos agricultores o acesso ao crédito e a oportunidade de investir na propriedade na busca de melhorar sua renda, de ter acesso as novas tecnologias que surgem a todo o momento e que influenciam diretamente na vida dos agricultores. A cada dia a agricultura e o mercado estão mais competitivos e dessa forma o agricultor precisa de uma propriedade que seja competitiva e viável economicamente para se manter no mercado. O acesso a novas tecnologias só é possível para quem não está capitalizado com concessão de crédito e este é um papel importante que o PRONAF tem a suprir em relação à agricultura familiar.

Algumas dificuldades e problemas em relação ao PRONAF são demonstrados por diversos autores que escrevem sobre este assunto o que a princípio é aceitável tendo em vista que o país é enorme e possui muitas diferenças entre regiões e por ser este um programa bastante abrangente. Dentre os problemas citados por diversos autores sobre o PRONAF, os principais são a concentração de recursos na região sul do país, dificuldades na operacionalização do programa, dificuldades de acesso pelos agricultores que estão mais descapitalizados e que tem menos condições de dar garantias no momento de contratar o empréstimo. Apesar dos diversos problemas que são levantados sobre o programa, percebe-se por parte do Governo Federal um esforço no sentido de melhorar o programa. Este esforço é

sentido nas mudanças que estão sendo feitas desde sua criação, como o aumento das linhas de crédito buscando assim abranger mais agricultores, aumento gradativo dos recursos e a diminuição da taxa de juros.

Observou-se que o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais teve um papel importante em relação à agricultura familiar, políticas públicas e em relação ao PRONAF no Brasil. Foi através da organização, das reivindicações e da pressão desta entidade representativa que o conceito de agricultura familiar ganhou força e que este segmento foi sendo cada vez mais valorizado. Foi também através das reivindicações do movimento sindical que lutou por políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar que o PRONAF foi criado e foi aos poucos se tornando uma das principais políticas públicas que beneficiam os pequenos produtores rurais. Além do PRONAF as lutas do movimento sindical também contribuíram para a criação de outras políticas públicas direcionadas a agricultura familiar o que demonstra que a organização e a pressão sobre os governantes públicos pode trazer resultados positivos para o segmento que a mesma representa.

Em relação ao município de Camargo observou-se através deste estudo que a agricultura familiar predomina neste município e que a mesma possui uma produção diversificada voltada para a produção de alimentos. A agricultura familiar é de fundamental importância para o município que tem nesta atividade a maior fonte de renda. O PRONAF também tem uma significativa importância para município, pois muitos agricultores estão se valendo dos recursos deste programa para investir na propriedade e nos meios de produção o que contribui para a geração de renda e pode colaborar com a permanência destes agricultores nesta atividade.

Foram constatados também neste estudo em relação ao crédito do PRONAF no município de Camargo, que os recursos que os agricultores familiares mais buscam são os financiamentos para custeio de lavoura e da pecuária e os recursos destinados a investimento. Os custeios agrícolas e pecuários são duas linhas bastante acessadas já que o município tem na produção de grãos como soja, milho e trigo e também a pecuária, através da atividade leiteira, atividades predominantes junto com a avicultura e suinocultura no sistema de integração. O PRONAF investimento também é bastante acessado principalmente para a compra de tratores, máquinas e implementos agrícolas e também em construções destinadas as atividades de avicultura, suinocultura e para atividade leiteira, O seguro agrícola no caso dos custeios, a taxa de juros baixa, no caso da linha de investimentos são alguns dos atrativos que fazem os agricultores irem à busca dos recursos disponibilizados pelo PRONAF. Observou-se também através deste estudo que diversas linhas que estão disponíveis no

PRONAF não são acessadas pelos agricultores familiares do município, como o PRONAF mulher, jovem, agroindústria entre outros.

As instituições existentes no município têm um papel importante em relação ao funcionamento do PRONAF. São as instituições, Bancos, Cooperativas de Crédito, Sindicato, EMATER, Conselho Municipal de Agricultura que garantem que os recursos do programa cheguem até os agricultores. Estas instituições são responsáveis por fazer o enquadramento dos agricultores no programa, a liberação dos recursos e também a fiscalização da utilização dos recursos. Cabe também a estas instituições divulgar aos agricultores das linhas de crédito que estão disponíveis no programa, taxas de juros, finalidades em que o crédito pode ser utilizado, prazos de pagamento dos financiamentos e demais funcionalidades do programa.

Entre as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares de Camargo em relação ao PRONAF está à dificuldade de conseguir assistência técnica. Em Camargo a EMATER tem feito o papel de orientar o agricultor no momento de fazer os projetos orientando-os a utilizar os recursos de forma que tragam retorno financeiro e diminuindo os riscos de endividamento que ocorrem quando os recursos não são aplicados de forma correta. O município dispõe de apenas um técnico que não consegue acompanhar todos os projetos tanto na elaboração como no acompanhamento dos mesmos nas propriedades rurais. Outra dificuldade que foi levantada pelo presidente do STTR é em relação à burocracia exigida no momento de acessar os créditos, também as garantias exigidas pelos bancos em relação a comprovação de renda e avalista as vezes isto se torna um impedimento para alguns agricultores poderem acessar o crédito. Além destes problemas o representante do STTR levanta ainda como a exigência de alguns bancos de vender aos agricultores junto com a liberação do crédito, serviços que beneficiam os bancos e que nem sempre o agricultor precisa ou quer contratar. As exigências dos bancos muitas vezes fazem com que os benefícios proporcionados pelo programa, principalmente em relação aos juros baixos acabem diminuindo ou às vezes até se tornam nulos e são poucos os agricultores que fazem a conta do resultado financeiro que estas exigências acabam trazendo no seu financiamento. Já para o chefe da EMATER a principal dificuldade em relação ao crédito do PRONAF no município é a falta de foco ou de objetivo próprio do agricultor que muitas vezes acaba fazendo um financiamento influenciado pelo vizinho ou pelos revendedores de máquinas e implementos. Este fato acaba por vezes mais adiante frustrando o agricultor e não raras vezes acaba endividando o mesmo. Outra dificuldade é que por vezes o agricultor não tem condições e nem necessidade de fazer determinado investimento e só o faz para realizar algum sonho ou

alguma realização pessoal não levando em consideração a questão econômica e a viabilidade do projeto proposto.

Quanto às potencialidades proporcionadas por este programa no município, a inclusão dos pequenos agricultores ao acesso do crédito rural tendo assim a oportunidade de investir na propriedade, a redução da taxa de juros do programa, os prazos de carência e pagamento dos investimentos, à possibilidade de contribuir com a permanência do agricultor na atividade, a possibilidade de realização dos projetos buscados pelos agricultores, o aumento da produtividade através da adoção de melhores tecnologias além da menor demanda de mão de obra são os principais benefícios observados através deste estudo. O PRONAF é um programa ainda relativamente novo e que tem muito a melhorar para cumprir com o objetivo pelo qual foi criado. Mesmo assim é possível concluir que o simples fato de oportunizar ao pequeno agricultor um programa de crédito exclusivo e com regras diferenciadas fez com que este setor da agricultura se tornasse mais competitivo e se sentisse mais valorizado, trazendo dessa forma muitos resultados positivos, tanto para os agricultores familiares como para os municípios onde os mesmos estão inseridos. Com isso o país também ganha já que tem como umas de suas funções proporcionarem uma boa qualidade de vida para quem nele vive e a agricultura familiar tem um papel fundamental principalmente em relação à produção de alimentos, pois contribui com a segurança alimentar do país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1997, 275 p.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL - **Indicadores sociais**. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=439>> Acesso em: 29 jun. 2011.

BALESTRIN, J. **A relevância do PRONAF na agricultura familiar: perspectiva e importância do programa desde sua criação**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/25416>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: PIRES, José Antonio Simões; SPRICIGO, Gisele. **O conceito da pluriatividade na agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2011.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para Discussão, n. 759. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2011.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. Programa PAA. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_instrumentos.html>. Acesso em: 06 set. 2011.

_____. Fundo Nacional da Alimentação Escolar. Programa PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 06 set. 2011.

_____. Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar PGPAF. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Citricultura/26RO/App_PGPAF.pdf>. Acesso em: 07 set. 2011.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 4, n.7, p. 50-81, jan/jun. 2002.

DELGADO, G.C.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J.J. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Texto para discussão n. 1145. Brasília: IPEA, 2005.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Unicentro, 2004.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

FILHO, José Brandt Silva. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Disponível em:
<<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2011.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **SciELO**. V. 18, n. 2, São Paulo. Abr./jun./2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 maio 2011.

GUANZIROLI, C. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. XLIV Congresso SOBER. Fortaleza, julho de 2006.

_____ et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001

_____.; et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Agricultura familiar, primeiros resultados. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2011.

_____. **Mapa de pobreza e desigualdade** - Municípios brasileiros 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

INCRA / FAO. **Novo retrato da agricultura familiar** - O Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.

LODI, M. P.; ROMANINI, A. L. **Camargo e sua história**. Porto Alegre: AAGE, 1992.

MAGALHÃES, R. M. A política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil. In: **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 21, p. 89-101, Curitiba: UFPR, jan./jun. 2010.

MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, abrangência e limites observados. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, IV**, 2001. Belém: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2001.

_____. Impactos do PRONAF: análise de indicadores. **Série Estudos 11 NEAD**. MDA, 2005.

MCR 10 – MANUAL DE CRÉDITO RURAL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Capítulo 10. Coletânea de Normativos do PRONAF Crédito. Secretaria de Política agrícola – CONTAG – Disponível em: <<http://www.fetaema.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2011.

PIRES, José Antônio Simões; SPRICIGO, Giseli. **O conceito da pluriatividade na agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2011.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto; **Conceituação de agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm>. Acesso em: 27 jul. 2011.

SEBRAE/MDA/SAF - **Cartilha de acesso ao PRONAF** – 2010/2011. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2011.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH, M.; MARQUES, P. E. (ORG.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da universidade, 2004.

_____; WESTPHALEN, F.; GAZZOLLA, M. **As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?** XVIII Congresso Sober. Ribeirão Preto, julho de 2005.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista brasileira de ciências sociais – volume. 18 N°. 51, 2003.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do Campesinato brasileiro.** 1996.

**APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM OS DIRIGENTES DAS
ENTIDADES SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS E
EMATER DE CAMARGO**

- 1) De uma maneira geral que características predominam em relação à agricultura no município de Camargo?
- 2) Quais as principais atividades agrícolas que são desenvolvidas e que têm mais destaque no município?
- 3) Qual a importância da agricultura familiar pro município de Camargo?
- 4) Como esta instituição atua junto aos agricultores familiares do município?
- 5) Em relação às políticas públicas destinadas a agricultura familiar, quais você identifica no município e que são utilizadas pelos agricultores familiares?
- 6) Das políticas públicas existentes no município destinadas a agricultura familiar qual você considera mais importante e por quê?
- 7) Sobre o PRONAF, os agricultores familiares do município conhecem este programa e como está o acesso ao mesmo?
- 8) Qual a função desta entidade em relação ao PRONAF no município?
- 9) Quais são as linhas de crédito do PRONAF que são mais acessadas e em que são utilizados os recursos buscados neste programa pelos agricultores do município?
- 10) Que dados esta entidade possui e que você considera importante sobre o PRONAF no município?
- 11) Em sua opinião que benefícios este programa trás aos agricultores familiares de Camargo.
- 12) Quais as principais dificuldades encontradas pelos agricultores em relação a este programa?
- 13) Alguma outra consideração que você considera importante sobre este programa e que não foi contemplada nas perguntas anteriores?